

NOTA INFORMATIVA**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DO BÔNUS DE EFICIÊNCIA**

A ANAFITRA, neste final de ano, considerando o momento delicado e de incerteza que tomou conta da nossa categoria, em especial, quanto à regulamentação do Bônus de Eficiência, vem prestar contas e apresentar o seu entendimento acerca desse processo que segue sem solução.

Inicialmente, ressaltamos novamente que entendemos ter havido uma clara inoperância dos Governos envolvidos em regulamentar um acordo que foi formalizado em 2016. Desde que nos inserimos nesse processo, operando com transparência, buscamos acompanhar e obter as informações necessárias para solução das pendências, com celeridade, atuando e interferindo na medida do nosso possível.

Destacamos a diferença que tivemos em relação à Receita Federal do Brasil, lembrando que, ainda no primeiro semestre deste ano, o Ministro Fernando Haddad anunciou o seu apoio à regulamentação do bônus dos AFRB. Depois, o processo andou com razoável celeridade, estando a mobilização atual, dos referidos Auditores, voltada para a fixação dos valores a serem pagos.

Avaliamos que não houve atitudes mais incisivas por parte do MTE, com informações baseadas em promessas de regulamentação do nosso BE que, à luz dos últimos acontecimentos, materializam a falta de vontade política e de interesse. O nosso BE será regulamentado se o governo atual quiser e quando quiser. E que, desafortunadamente, não produzimos mecanismos de pressão para que algo diferente ocorresse.

Vendo que o processo não avançaria, a partir da regulamentação do bônus dos AFRB, em viagens à Brasília, com a participação de entidades parceiras da categoria (AGITRA e SAFITEBA), passamos a acompanhar e pressionar para regulamentação do nosso bônus, fazendo contatos, abrindo caminhos, obtendo informações, realizando estudos com assessorias de colegas AFT e angariando apoios de agentes políticos. Todavia o objetivo da regulamentação não foi alcançado ainda.

Finalmente, vendo que havia uma dissonância entre o que se falava para a carreira e a realidade que se apresentava, decidimos, com apoio maciço da categoria, elaborar uma Carta Aberta, no formato de um abaixo-assinado, para demonstrar nossa preocupação e indignação com a falta de solução deste processo. A Carta foi levada aos Ministérios responsáveis pela elaboração do decreto de regulamentação e, apesar da resistência de alguns dos destinatários, conseguimos ser ouvidos.

Nos últimos dias 07, 18 e 19, representantes da ANAFITRA, acompanhados de representantes dos sindicatos estaduais da categoria, estiveram em Brasília para fazer chegar ao Ministro do Trabalho e Emprego a referida Carta que foi subscrita por quase mil AFT. Além disso, foram feitos contatos com autoridades do governo demonstrando a importância imediata da regularização do bônus, considerando a chegada do final do ano e reforçando também a situação da quebra do tratamento paritário entre a Auditoria-Fiscal do Trabalho e da Receita federal.

Interlocutores, tanto do MTE quanto do MGI, disseram, em diversas ocasiões, que a regulamentação do bônus esbarrava em dificuldades para estabelecer uma base de cálculo, já que a única referência enxergada pela administração tem sido o FGTS. De fato, a maior dificuldade é a inexistência de um fundo específico.



Dessa forma, chegamos ao final desse ano, sem a regulamentação prometida e necessária, mantendo o valor fixo de três mil reais para o nosso bônus e com a virtual quebra da paridade financeira com a Receita Federal, o que apresenta situação praticamente concretizada.

Nesse passo, teremos que voltar a negociar reajustes como as demais carreiras, pois a situação consumada no orçamento, deixou para nós o improvável caminho de um projeto de lei específico, vez que a lei orçamentária foi aprovada.

Diante desse quadro, entendemos que a tática de bastidores, de ficar visitando gabinetes, deixando-se levar pelas promessas feitas, sem ações mais incisivas e sem a deflagração de mobilização da categoria - quando da regulamentação do bônus da Receita, para destacar um momento crucial -, revelaram-se insuficientes.

Temos vários erros a corrigir e um tempo curto para buscar saídas e soluções. E é tão evidente nossa dispersão e desarticulação que agora a carreira está diante do desafio de iniciar um processo de greve em pleno período de recesso e férias.

Nesse sentido, apresentamos um conjunto de propostas com base numa reunião para trocas de ideias que realizamos semana passada (19/12), com a participação de dezenas de colegas AFT, conforme segue:

- 1** - Democratizar as decisões que envolvem toda a carreira, deixando de lado o personalismo e discutindo com o conjunto dos AFT quais os melhores caminhos para viabilizar uma mobilização efetiva através da realização de uma plenária nacional de mobilização, ouvindo do conjunto da carreira sugestões para a mobilização;
- 2** - Priorizar a unidade para as lutas e conquistas da carreira sem disputas internas, enxergando as demais entidades sindicais e outras organizações como parceiros e não como adversários! entidades que hoje são ignoradas e hostilizadas estão prontas a lutar e a somar esforços. propomos um comando de mobilização nacional democrático e plural com a participação dos sindicatos estaduais, delegacias e outras entidades que se disponham a ajudar, além de representantes de base;
- 3** – Realizar uma análise sobre cada área de atuação da auditoria fiscal do trabalho para estabelecer uma tática específica e ao mesmo tempo articulada que possa potencializar a mobilização com a cuidadosa escuta dos colegas de base que na prática é que irão viabilizar a mobilização;
- 4** – Executar um trabalho parlamentar e institucional intenso, organizando, em todas as regionais, um levantamento dos parlamentares e outros agentes políticos, como as organizações sindicais, que possam ser sensibilizados para nossa pauta, buscando atingir as autoridades relevantes sobre a necessidade da regulamentação do bônus e para obter maior reconhecimento de nossa categoria e de sua importância para a sociedade, em especial, para o mundo do trabalho;
- 5** - Resgatar o que já foi produzido por colegas AFT, ao longo dos anos, sobre competências da auditoria-fiscal do trabalho, sobre o impacto que nossas ações apresentam para o tesouro nacional e quanto à possibilidade de se constituir um fundo específico com valores que sejam vertidos ao nosso bônus.

Informamos ainda que, na conclusão deste informe, recebemos a informação de que a minuta do BE encontra-se na mesa da Ministra Esther Dweck para assinatura e encaminhamento à Casa Civil, após um retorno litúrgico ao MTE. E, como sabemos, não há mais nenhum entrave técnico a ser vencido. A tarefa continua grande, mas é possível que coletivamente o resultado tão esperado nos chegue. Finalmente, registramos que continuamos à disposição para contribuir em espaços e ações em que possamos participar de forma democrática e respeitosa.

Um Feliz 2024! Com esperança e seguindo na necessária luta.

CEN ANAFITRA – 28/12/2023